

SOA

A compatibilidade com diferentes tecnologias é um dos principais elementos a ter em conta quando se opta por avançar para o desenvolvimento de estratégias para o mercado SOA

CLAUDIA SARGENTO
claudiasargento@revistas.cofina.pt

São vários os fabricantes de *software* e de *hardware* que disponibilizam soluções de *service oriented architecture* (SOA) ao mercado nacional, acompanhados, naturalmente, pelos parceiros nas áreas de consultoria e integração de sistemas. São também vários os *players* que têm vindo a desenvolver o seu trabalho em diferentes organismos da Administração Pública central. É o caso da Sun, que conta já com um projecto de implementação de interoperabilidade entre sistemas distintos da Administração Pública, através de arquitecturas baseadas em SOA e sistemas abertos.

Por seu turno, a Novabase revela que tem estado associada «a alguns dos projectos principais nestas áreas». Entre eles, destaca para os do Ministério da Justiça com o Registo Comercial On-line, a Certidão Permanente, a Casa Pronta, o Automóvel On-line ou o IFDR, o novo Sistema de Informação para a autoridade de certificação do QREN.

A companhia considera que o seu projecto mais relevante foi o Ciclo de Vida da Empresa, já que permitiu disponibilizar *online* os serviços de criação de empresa e outros actos do seu ciclo de vida, de forma integrada com diversos organismos da Administração central que suportam os serviços.

Outros exemplos são o Casa Pronta, que permite a prática *online* de vários actos associados à transacção de imóveis, e o Automóvel Online, que passou a permitir a realização através da Internet de muitos dos actos relacionados com o registo automóvel.



A Novabase considera relevante que se trabalhe no sentido de aprofundar a tendência de investimento actual que tem vindo a potenciar a disponibilização *online* da maioria dos serviços fornecidos presencialmente pelos organismos da Administração Pública. O trabalho da CESCE neste âmbito está direccionado para o Projecto de Segurança de Web Services na DGITA e consiste na securização da arquitectura SOA já existente neste cliente para a comunicação entre as suas aplicações e as de outros organismos da Administração Pública, mediante a implementação de uma solução baseada em equipamento IBM Datapower. Foram ainda desenvolvidos projectos ligados à segurança para serviços aplicativos prestados por via da Internet e para aceleradores de tráfego.

Para a CESCE, seria desejável que a AP «procurasse evoluir de acordo com as melhores práticas ao nível da virtualização dos ambientes existentes, e/ou prever a introdução de novas arquitecturas onde este tipo de conceito esteja integrado». Na verdade, o indicado seria «procurar tirar partido de tecnologias perfeitamente maduras que permitem a unificação dos processos e uma melhor gestão dos activos», defende a companhia.

Finalmente, o trabalho da CA no âmbito dos SOA para a Administração Pública surge ligado à gestão da *performance* aplicacional, por exemplo, através da «necessidade de controlar o fluxo bidireccional de Web services, que disponibilizam serviços de negócio entre a organização e os seus parceiros», explicou

ao Semana o *account manager* daquela empresa, José Luís Rodrigues.

Este responsável acredita que a Administração Pública deveria evoluir no sentido de disponibilizar cada vez mais serviços *online*, «potenciando a utilização das novas tecnologias, preconizado no âmbito do plano tecnológico, bem como dando flexibilidade ao cidadão para poder dispor desses serviços quando e onde lhe for mais conveniente». José Luís Rodrigues acrescenta que é, no entanto, «fundamental criar, por um lado, arquitecturas técnicas que respondam adequadamente às solicitações e, por outro, montar infra-estruturas e processos que respondam rapidamente a questões de índole técnica e funcional, que surtem sempre associadas ao consumo de serviços numa óptica de *self service*».

A Administração Pública portuguesa tem estado também bastante atenta às boas práticas de ITIL. Assim sendo, o trabalho desenvolvido pela Novabase no Instituto de Informática do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social ajudou a concretizar os objectivos definidos para obtenção do 1º nível de excelência da European Foundation for Quality and Management.

Actualmente, a Novabase continua a apoiar a implementação de alguns dos novos processos desenvolvidos neste âmbito, de modo a garantir a certificação ISO9001, no final deste ano. Para 2009, «os desafios estarão centrados no aumento da maturidade dos respectivos processos e ferramentas de suporte, para poder atingir as certificações ISO20000 e ISO27001», explica a companhia.